

Alerta Legislação nº 03, de 12 a 17 jan. 2026

Boletim semanal

Biblioteca Jurídica - Casa Civil do Estado de São Paulo

**Visite nosso endereço na Internet e conheça
outros produtos da Biblioteca:**

<http://www.bibliotecajuridica.sp.gov.br>

DESTAQUES

Governo Federal

LEI COMPLEMENTAR Nº 227, DE 13 DE JANEIRO DE 2026

Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos; institui normas gerais relativas ao Imposto sobre Transmissão *Causa mortis* e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) (...)

LEI COMPLEMENTAR Nº 226, DE 12 DE JANEIRO DE 2026

Altera a [Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020](#), para prever a autorização de pagamentos retroativos de anuênio, triênio, quinquênio, sexta-parte, licença-prêmio e demais mecanismos equivalentes ao quadro de pessoal de entes federativos que decretaram estado de calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19.

LEI Nº 15.346, DE 14 DE JANEIRO DE 2026

Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026.

Governo do Estado de São Paulo

DECRETO Nº 70.333, DE 12 DE JANEIRO DE 2026(*)

Estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2026, e dá providências correlatas.

(*) Publicado novamente por ter saído incompleto

Prefeitura de São Paulo

DECRETO Nº 64.904, DE 15 DE JANEIRO DE 2026

Fixa normas referentes à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2026.

LEGISLAÇÃO FEDERAL

D. O. U.	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
14/01/2026 (Ed. extra)	<p><u>LEI Nº 15.346, DE 14 DE JANEIRO DE 2026</u> Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2026.</p>
14/01/2026	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 227, DE 13 DE JANEIRO DE 2026</u> Institui o Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS); dispõe sobre o processo administrativo tributário do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e sobre a distribuição do produto da arrecadação do IBS aos entes federativos; institui normas gerais relativas ao Imposto sobre Transmissão <i>Causa mortis</i> e Doação de Quaisquer Bens ou Direitos (ITCMD) (...)</p>
13/01/2026	<p><u>LEI COMPLEMENTAR Nº 226, DE 12 DE JANEIRO DE 2026</u> Altera a Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020, para prever a autorização de pagamentos retroativos de anuênio, triênio, quinquênio, sexta-parte, licença-prêmio e demais mecanismos equivalentes ao quadro de pessoal de entes federativos que decretaram estado de calamidade pública decorrente da pandemia da covid-19.</p> <p><u>LEI Nº 15.345, DE 12 DE JANEIRO DE 2026</u> Regulamenta o exercício profissional de acupuntura.</p> <p><u>LEI Nº 15.344, DE 12 DE JANEIRO DE 2026</u> Institui a Política Nacional de Indução à Docência na Educação Básica - Mais Professores para o Brasil.</p>
12/01/2026	<p><u>LEI Nº 15.343, DE 9 DE JANEIRO DE 2026</u> Altera a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, para ampliar as hipóteses de destinação não onerosa de imóveis não operacionais do Fundo do Regime Geral de Previdência Social, geridos pela Secretaria do Patrimônio da União.</p> <p><u>LEI Nº 15.341, DE 9 DE JANEIRO DE 2026</u> Autoriza o Poder Executivo federal, por meio do Ministério da Defesa, a doar materiais de natureza militar do Comando do Exército para a República do Paraguai.</p> <p><u>LEI Nº 15.338, DE 9 DE JANEIRO DE 2026</u> Autoriza o Poder Executivo federal a doar aeronaves da Polícia Federal à República do Paraguai e da Marinha do Brasil à República Oriental do Uruguai.</p> <p><u>DECRETO Nº 12.814, DE 9 DE JANEIRO DE 2026</u> Estabelece as características dos títulos da Dívida Pública Mobiliária Federal.</p>

MINISTÉRIOS E OUTROS ÓRGÃOS DA UNIÃO	MARGINÁLIA FEDERAL
<p>Presidência da República (PR)</p>	<p>ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO (AGU) <u>PORTARIA NORMATIVA AGU Nº 206, DE 15 DE JANEIRO DE 2026</u> Institui, no âmbito da Advocacia-Geral da União, Grupo de Trabalho para a elaboração de relatório circunstanciado sobre episódios relevantes na prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica na Região Metropolitana de São Paulo.</p> <p>GABINETE DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL (GSI) → Comissão de Coordenação da Proteção ao Programa Nuclear Brasileiro <u>RESOLUÇÃO COPRON Nº 2, DE 8 DE JANEIRO DE 2026</u> Institui grupo de trabalho com o propósito de incrementar a proteção do conhecimento e da tecnologia no âmbito do Programa Nuclear Brasileiro.</p> <p>→ Comitê Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas <u>RESOLUÇÃO CNSIC Nº 15, DE 15 DE JANEIRO DE 2026</u> Institui Grupo de Trabalho Temático para elaboração de proposta de projeto de lei que estabelece a Política Nacional de Segurança de Infraestruturas Críticas.</p>
<p>Ministério da Defesa (MD)</p>	<p>COMANDO DA AERONÁUTICA (COMAER) <u>PORTARIA GABAER/GC4 Nº 1.114, DE 30 DE DEZEMBRO DE 2025 (*)</u> Declarar o caráter militar das atividades e dos empreendimentos destinados ao preparo e emprego da Força Aérea Brasileira, desenvolvidos por Organizações Militares do Comando da Aeronáutica. <i>(*) Republicada por ter saído, no DOU de 8/1/2026, Seção 1, Pág. 158, com incorreção no original</i></p>
<p>Ministério da Educação</p>	<p>FUNDO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO (FNDE) <u>PORTARIA Nº 47, DE 12 DE JANEIRO DE 2026</u> Divulga o resultado da validação das inscrições de obras didáticas e de apoio teórico-metodológico destinadas aos estudantes e professores dos anos iniciais do ensino fundamental, no âmbito do Edital de Convocação nº 01/2025 - CGPLI (PNLD ANOS INICIAIS 2027-2030).</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP) <u>PORTARIA Nº 8, DE 13 DE JANEIRO DE 2026</u> Institui o Repositório Institucional de Estudos e Pesquisas Educacionais - Riep do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep e estabelece sua política informacional.</p> <p><u>PORTARIA Nº 7, DE 13 DE JANEIRO DE 2026</u></p>

	<p>Dispõe sobre o processo de certificação, as competências das Instituições Certificadoras e do INEP, e os requisitos necessários à obtenção de certificado de conclusão do Ensino Médio e declaração parcial de proficiência com a utilização dos resultados de desempenho obtidos no Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM.</p>
<p>Ministério da Fazenda</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA MF Nº 82, DE 14 DE JANEIRO DE 2026</u> Aprova o Regimento Interno da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional</p>
<p>Ministério da Previdência Social</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA INTERMINISTERIAL MPS/MF Nº 13, DE 9 DE JANEIRO DE 2026</u> Dispõe sobre o reajuste dos benefícios pagos pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e demais valores constantes do Regulamento da Previdência Social - RPS e dos valores previstos nos incisos II a VIII do § 1º do art. 11 da Emenda Constitucional nº 103, de 12 de novembro de 2019, que trata da aplicação das alíquotas da contribuição previdenciária prevista nos arts. 4º, 5º e 6º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004. (Processo nº 10128.048051/2025-04).</p> <p><u>PORTARIA MPS Nº 79, DE 13 DE JANEIRO DE 2026</u> Estabelece, para o mês de janeiro de 2026, os fatores de atualização dos pecúlios, das parcelas de benefícios pagos em atraso e dos salários de contribuição, para cálculo da renda mensal inicial dos benefícios, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS</p> <p>INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS <u>PORTARIA PRES/INSS Nº 1.919, DE 12 DE JANEIRO DE 2026</u>^(*) Dispõe sobre regras excepcionais e temporárias aplicáveis ao Programa de Gerenciamento de Benefícios e ao Pagamento Extraordinário. <i>(*) Republicado por ter saído com incorreções no original publicado no Diário Oficial da União nº 8, de 13 de janeiro de 2026, Seção 1, Página 47</i></p> <p>→ Diretoria de Benefícios e Relacionamento com o Cidadão <u>PORTARIA DIRBEN/INSS Nº 1.326, DE 13 DE JANEIRO DE 2026</u> Aprova o Guia Prático para órgãos e entidades externos (cadastramento de usuários, concessão e controle de acessos ao sistema CNIS)</p>
<p>Ministério da Saúde</p>	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM) <u>PORTARIA GM/MS Nº 10.155, DE 15 DE JANEIRO DE 2026</u> Divulga os montantes anuais alocados aos Estados, Distrito Federal e Municípios relativos ao Piso Fixo de Vigilância em Saúde e ao incentivo aos Laboratórios Centrais de Saúde Pública no Grupo de Vigilância em Saúde do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde.</p>

PORTARIA GM/MS Nº 10.132, DE 7 DE JANEIRO DE 2026

Divulga os montantes anuais alocados aos Municípios e Distrito Federal relativos à Assistência Financeira Complementar (AFC) da União para cumprimento do piso salarial profissional nacional dos Agentes de Combate às Endemias (ACE) e ao Incentivo Financeiro para fortalecimento de políticas afetas à atuação dos ACE (IF) no Grupo de Vigilância em Saúde do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde para o exercício de 2026

PORTARIA GM/MS Nº 10.021, DE 31 DE DEZEMBRO DE 2025(*)

Institui, no âmbito do Ministério da Saúde, a Câmara Técnica Assessora em Atenção à Saúde Gastrointestinal com a finalidade de subsidiar tecnicamente a formulação, implementação e monitoramento de diretrizes, protocolos assistenciais e linhas de cuidado em consonância com a Política Nacional de Atenção Especializada em Saúde - PNAES.

PORTARIA SAES Nº 2.902, DE 26 DE JUNHO DE 2025 (*)

Atualiza as informações relacionadas à atenção à saúde materna e infantil para identificação da Rede Alyne no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) e os procedimentos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA)

→ 4ª Diretoria

→ → Gerência-Geral de Inspeção e Fiscalização Sanitária

RESOLUÇÃO-RE Nº 156, DE 15 DE JANEIRO DE 2026

O GERENTE-GERAL DE INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

(...)

resolve:

Art. 1º Adotar as medidas preventivas constantes no ANEXO.

(...)

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO EM SAÚDE

PORTARIA SCTIE/MS Nº 103, DE 8 DE JANEIRO DE 2026

Torna pública a decisão de não ampliar o uso, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, do onasemnogeno abeparvoveque para o tratamento de Atrofia Muscular Espinhal (AME) 5q em pacientes menores de dois anos de idade com mutações bialélicas no gene de sobrevivência do neurônio motor 1 (SMN1) e diagnóstico clínico de AME tipo I; ou mutações bialélicas no gene SMN1 e até três cópias do gene de sobrevivência do neurônio motor 2 (SMN2). Ref.: 25000.124371/2025-73.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 102, DE 8 DE JANEIRO DE 2026

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o implante de esfíncter urinário artificial para pacientes com incontinência urinária grave pós-prostatectomia radical. Ref.: 25000.008203/2025-31.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 101, DE 8 DE JANEIRO DE 2026

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o ácido tranexâmico para o tratamento de pessoas em idade reprodutiva com leiomioma de útero que apresentam sangramento uterino intenso, inelegíveis ou refratárias ao tratamento hormonal e o dispositivo intrauterino liberador de levonorgestrel (DIU-LNG) para o tratamento de pessoas em idade reprodutiva com leiomioma de útero que apresentam sangramento uterino intenso, elegíveis à terapia hormonal, conforme Protocolo Clínico do Ministério da Saúde. Ref.: 25000.046842/2025-03.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 6, DE 8 DE JANEIRO DE 2026

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, as vacinas pneumocócicas conjugadas para imunização de crianças até 5 anos de idade contra doença pneumocócica, conforme estratégia a ser definida pelo Programa Nacional de Imunizações. Ref.: 25000.047357/2025-49.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 5, DE 8 DE JANEIRO DE 2026

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a vacina pneumocócica conjugada 20-valente para imunização de pacientes de alto risco a partir de 5 anos de idade contra doença pneumocócica, conforme estratégia a ser definida pelo Programa Nacional de Imunizações. Ref.: 25000.193057/2024-50.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 4, DE 8 DE JANEIRO DE 2026

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a vacina pneumocócica conjugada 15-valente para imunização de pacientes de alto risco com ao menos 2 meses de idade contra doença pneumocócica, conforme estratégia a ser definida pelo Programa Nacional de Imunizações. Ref.: 25000.157234/2024-34.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 3, DE 8 DE JANEIRO DE 2026

Torna pública a decisão de não incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, a vacina herpes-zóster (recombinante adjuvada) para a prevenção do herpes-zóster em idosos com idade ≥ 80 anos e indivíduos imunocomprometidos com idade ≥ 18 anos. Ref.: 25000.013498/2025-68.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 2, DE 8 DE JANEIRO DE 2026

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, os testes de Elisa para mieloperoxidase (MPO)-ANCA e para proteinase (PR3)-ANCA para diagnóstico de pacientes com suspeita de Vasculite Associada aos Anticorpos Anti-citoplasma de Neutrófilos (ANCA). Ref.: 25000.111904/2025-57.

PORTARIA SCTIE/MS Nº 1, DE 8 DE JANEIRO DE 2026

Torna pública a decisão de incorporar, no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS, o asciminibe para o tratamento de pacientes adultos com leucemia mieloide crônica cromossomo Philadelphia positivo, em fase crônica, previamente tratados com dois ou mais inibidores da tirosina quinase. Ref.: 25000.053137/2025-54.

Ministério de Minas e Energia	<p>AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP</p> <p><u>AUTORIZAÇÃO ANP Nº 25, DE 13 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>(...)</p> <p>Art.1º Autorizar, em caráter especial, a comercialização de óleo diesel marítimo com conteúdo renovável, obtido pelo coprocessamento do óleo diesel com matéria-prima renovável, pela Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, observadas as especificações estabelecidas na Resolução ANP nº 903, de 18 de novembro de 2022, com efeitos retroativos a 1º de novembro de 2025.</p> <p>(...)</p>
Ministério de Portos e Aeroportos	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM)</p> <p><u>PORTARIA GM - MPOR Nº 25, DE 13 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>Dispõe sobre o procedimento de comunicação de incidente de segurança com dados pessoais à Agência Nacional de Proteção de Dados - ANPD e aos titulares de dados pessoais, no âmbito do Ministério de Portos e Aeroportos.</p>
Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar	<p>GABINETE DO MINISTRO (GM)</p> <p><u>PORTARIA INTERMINISTERIAL</u></p> <p><u>MDA/MAPA/MF/MPO/MMA Nº 13, DE 14 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>Estabelece os parâmetros para a concessão de subvenção econômica, na forma de equalização de preços, para os produtos extrativos, para o exercício de 2026</p>
Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)	<p>GABINETE DA MINISTRA (GM)</p> <p><u>PORTARIA GM/MPO Nº 10, DE 16 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>Abre ao Orçamento da Seguridade Social da União, em favor do Ministério da Saúde, crédito suplementar no valor de R\$ 3.207.482.946,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.</p>
Banco Central do Brasil (BCB)	<p><u>ATO DO PRESIDENTE Nº 1.375, DE 15 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>Decreta a liquidação extrajudicial da CBSF Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.</p> <p><u>ATO DO PRESIDENTE Nº 1.374, DE 15 DE JANEIRO DE 2026</u></p> <p>Decreta a liquidação extrajudicial da <i>Advanced</i> Corretora de Câmbio Ltda.</p> <p>ÁREA DE ADMINISTRAÇÃO</p> <p>→ Departamento Do Meio Circulante</p> <p><u>INSTRUÇÃO NORMATIVA BCB Nº 699, DE 12 DE JANEIRO DE 2026</u></p>

	Estabelece critérios de avaliação, classificação e padrões de referência visual de numerário nacional legítimo para saneamento do meio circulante, e dispõe sobre os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas pelo Banco Central do Brasil, detentoras de conta Reservas Bancárias ou de Conta de Liquidação, para a efetivação das operações de meio circulante.
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais	<p>CONSELHO FEDERAL DE FONOAUDIOLOGIA (CFFA) <u>RESOLUÇÃO CFFA Nº 809, DE 14 DE JANEIRO DE 2026</u> Autoriza a utilização, pelo fonoaudiólogo, de procedimentos isolados e específicos da acupuntura de forma complementar à sua prática profissional.</p> <p><u>RESOLUÇÃO CFFA Nº 808, DE 14 DE JANEIRO DE 2026</u> Dispõe sobre os critérios para concessão do título de fonoaudiólogo especialista em Acupuntura.</p> <p><u>RESOLUÇÃO CFFA Nº 807, DE 14 DE JANEIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a criação da Especialidade de Acupuntura no âmbito da Fonoaudiologia e estabelece as atribuições e competências relativas ao profissional fonoaudiólogo especialista.</p>
SÃO PAULO - PODER EXECUTIVO	
PUBLICAÇÃO DOE-SP	LEGISLAÇÃO SUPERIOR
13/01/2026	<p><u>DECRETO Nº 70.337, DE 12 DE JANEIRO DE 2026</u> Autoriza a abertura de licitação para a concessão da prestação dos serviços de recolhimento, custódia, restituição e preparação para leilão de veículos recolhidos pelos órgãos de trânsito no Estado de São Paulo, e aprova o respectivo regulamento.</p> <p><u>DECRETO Nº 70.336, DE 12 DE JANEIRO DE 2026</u> Autoriza a abertura de licitação para a concessão de obra no Complexo Turístico Ferroviário da Estrada de Ferro de Campos do Jordão - EFCJ, aprova o respectivo regulamento e dá providências correlatas.</p>
12/01/2026	<p><u>DECRETO Nº 70.333, DE 12 DE JANEIRO DE 2026(*)</u> Estabelece normas para a execução orçamentária e financeira do exercício de 2026, e dá providências correlatas. (*) Publicado novamente por ter saído incompleto</p>
SECRETARIAS E OUTROS ÓRGÃOS DO ESTADO	MARGINÁLIA ESTADUAL

<p>Secretaria da Administração Penitenciária (SAP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SAP Nº 003, DE 09 DE JANEIRO DE 2026</u> Dispõe sobre a compensação das horas não trabalhadas nos dias decretados como ponto facultativo e no recesso para comemoração das festas de final de ano, nos termos do Decreto nº 70.273, de 23 de dezembro de 2025.</p> <p><u>RESOLUÇÃO SAP Nº 01, DE 8 DE JANEIRO DE 2026</u> Institui Grupo de Trabalho que visa realizar estudos técnicos destinados, exclusivamente, a pesquisar a possibilidade dos itens que compõe os <i>kits</i> entregues às pessoas privadas de liberdade, desde sua inclusão no sistema prisional, bem como de outros objetos e itens afins, serem produzidos pela Fundação “Prof. Dr. Manoel Pedro Pimentel” – FUNAP, com mão de obra do próprio sistema prisional.</p>
<p>Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação (SCTI)</p>	<p>CENTRO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA PAULA SOUZA (CEETEPS) → Conselho Deliberativo (CD) <u>DELIBERAÇÃO CEETEPS Nº 106, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025</u> Aprova o Regulamento Geral dos Cursos Superiores de Graduação das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS.</p>
<p>Secretaria da Educação (SEDUC)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 3, DE 13 DE JANEIRO DE 2026</u> Dispõe sobre o processo inicial de atribuição de classes e aulas aos docentes efetivos, não efetivos, contratados e candidatos à contratação do Quadro de Magistério - QM da rede estadual de São Paulo e dá providências correlatas</p> <p><u>RESOLUÇÃO SEDUC Nº 2, DE 9 DE JANEIRO DE 2026</u> institui o Programa Professor Tutor Anos Iniciais no âmbito da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo</p>
<p>Secretaria da Fazenda e Planejamento (SFP)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO CEETEPS Nº 106, DE 13 DE NOVEMBRO DE 2025</u> Aprova o Regulamento Geral dos Cursos Superiores de Graduação das Faculdades de Tecnologia do Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza - CEETEPS.</p>
<p>Secretaria de Gestão e Governo Digital (SGGD)</p>	<p>GABINETE DO SECRETÁRIO (GS) <u>DELIBERAÇÃO NORMATIVA CGSB-01, DE 12-01-2026</u> Dispõe sobre o Regimento Interno do Comitê Gestor do Sistema Biométrico - CGSB, instituído pelo Decreto nº 63.299, de 21-03-2018, e regulamentado pela Resolução SGGD nº 18, de 13-05-2024, e dá providências correlatas</p> <p>CONSELHO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO → Subsecretaria de Patrimônio do Estado</p>

	<p><u>PORTARIA SPE Nº 01, DE 12-01-2026</u> Dispõe sobre a definição e a gestão dos perfis de acesso no âmbito do Sistema de Gerenciamento de Imóveis - SGI e dá providências correlatas.</p> <p>DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRÂNSITO (DETRAN) <u>PORTARIA NORMATIVA DETRAN-SP Nº 49, DE 9 DE JANEIRO DE 2026</u> Altera a Portaria Normativa DETRAN-SP nº 33, de 25 de setembro de 2024, que regula os procedimentos relativos à Permissão para Dirigir, à Autorização para Conduzir Ciclomotor, à Carteira Nacional de Habilitação e à Permissão Internacional para Dirigir no âmbito do Estado de São Paulo.</p>
Procuradoria Geral do Estado (PGE)	<p>GABINETE DA PROCURADORA GERAL (GPG) <u>RESOLUÇÃO PGE Nº 2, DE 9 DE JANEIRO DE 2026</u> Altera a Resolução PGE nº 75, de 28 de outubro de 2025(*), e dá providência correlata <i>(*) Disciplina a dispensa de análise e de emissão de parecer jurídico pelas Consultorias Jurídicas nos casos que especifica, e dá providências correlatas</i></p>
Universidade Estadual Paulista (UNESP)	<p>REITORIA <u>PORTARIA UNESP Nº 2, DE 12 DE JANEIRO DE 2026</u> Estabelece normas para a realização da matrícula dos candidatos aprovados no Provão Paulista Seriado 2025 e dá outras providências.</p>
Publicação TCE	TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO (TCE)
14/01/2026	<p>COMUNICADOS COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 02/2026</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO COMUNICA aos órgãos jurisdicionados da área estadual, referenciados no artigo 123, combinado com o artigo 124 das Instruções nº 01/2024, que, em decorrência da correção anual pela variação da UFESP, o valor atualizado de remessa a esta Corte dos atos relativos a convênios e instrumentos jurídicos assemelhados, inclusive aditamentos, celebrados com órgãos públicos, vigente para o exercício de 2026, é igual ou superior a R\$ 21.730.769,23. SDG, em 13 janeiro de 2026.</p>
13/01/2026	<p>COMUNICADOS COMUNICADOS DA PRESIDÊNCIA <u>COMUNICADO GP Nº 01/2026</u> O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, ALERTA as Prefeituras Municipais sobre a necessidade de adotarem todas as providências necessárias ao exato cumprimento dos procedimentos referentes aos recursos derivados de Emendas</p>

	<p>Parlamentares, a contar da aprovação nos orçamentos anuais até sua plena execução, independentemente da origem e destinação. O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo acompanha a matéria desde 2023 e agora, com as determinações emanadas do E. Supremo Tribunal Federal, teve suas responsabilidades e obrigações ampliadas.</p> <p>Os Senhores Prefeitos receberão e-mail abordando com mais detalhes esta orientação.</p> <p>São Paulo, 12 de janeiro de 2026.</p> <p>CRISTIANA DE CASTRO MORAES PRESIDENTE</p> <p>COMUNICADOS DA SECRETARIA DIRETORIA GERAL <u>COMUNICADO SDG Nº 01/2026</u></p> <p>O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo torna pública a relação de órgãos ou entidades que de acordo com o disposto no artigo 103 da Lei Complementar 709, de 1993, estão proibidos de novos recebimentos de auxílios, subvenções ou contribuições do Estado ou dos Municípios até que regularizem sua situação perante este Tribunal:</p> <p>(...)</p>
Publicação DO - Cidade	SÃO PAULO – LEGISLAÇÃO MUNICIPAL
16/01/2026	<p><u>LEI Nº 18.406, DE 15 DE JANEIRO DE 2026</u> (Projeto de Lei nº 1461/25, do Executivo aprovado na forma de Substitutivo do Legislativo) Altera a Lei nº 13.545, de 31 de março de 2003, para estabelecer novos critérios para o cálculo dos valores do auxílio pecuniário e substituir a nomenclatura “Programa Família Guardiã” para “Serviço Família Acolhedora”.</p> <p><u>LEI Nº 18.401, DE 15 DE JANEIRO DE 2026</u> (Projeto de Lei nº 137/25, dos Vereadores...) Altera a Lei nº 14.485, de 19 de julho de 2007, para incluir no Calendário Oficial de Eventos da Cidade de São Paulo o Dia Municipal de Combate à Violência Infantil, a ser comemorado anualmente no dia 4 de junho.</p> <p><u>DECRETO Nº 64.904, DE 15 DE JANEIRO DE 2026</u> Fixa normas referentes à execução orçamentária e financeira para o exercício de 2026.</p>
12/01/2026	<p><u>LEI Nº 18.387, DE 9 DE JANEIRO DE 2026</u> (Projeto de Lei nº 321/25, dos Vereadores...) Altera a Lei Municipal nº 16.518, de 22 de julho de 2016, para assegurar e ampliar o direito de ingresso e permanência de pessoas com deficiência acompanhadas de cães de assistência em locais de uso público ou privado no Município de São Paulo, e dá outras providências.</p> <p><u>DECRETO Nº 64.901, DE 9 DE JANEIRO DE 2026</u> Introduz alterações nos Decretos nº 52.114, de 4 de fevereiro de 2011, nº 56.089, de 30 de abril de 2015, nº 57.558, de 21 de</p>

	dezembro de 2016, nº 58.782, de 30 de maio de 2019, e nº 63.728, de 10 de setembro de 2024, para o fim de adequar suas disposições às alterações promovidas na Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016 , relativamente ao parcelamento do solo.
--	---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

Obs.: Caso algum <i>link</i> não esteja disponível, consulte o Diário Oficial Eletrônico, por meio do seguinte endereço: https://www.doe.sp.gov.br/

Equipe Responsável pelo Boletim:

Marcelo Conti

mconti@sp.gov.br

Fernanda Vieira Cunha Schvanz

fschvanz@sp.gov.br

Márcia Santos de Oliveira

msoliveira@sp.gov.br

Casa Civil - Estado de São Paulo - Biblioteca Jurídica

Contato:

(11) 2193-8107 e 2193-8144

bibjur@sp.gov.br

Cancelamento:

Se não houver interesse em continuar recebendo este informativo, favor acessar o endereço:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/filtrar-lixo-eletr%C3%B4nico-e-spam-no-outlook-na-web-db786e79-54e2-40cc-904f-d89d57b7f41d>